



A LIBERDADE QUE NOS RESTA. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Daniel Santos da Silva

Universidade Estadual do Paraná

Neste trabalho, recupero aspectos da minha pesquisa em filosofia política – constituída de elementos da Modernidade e da Contemporaneidade – para esboçar um conceito de educação política que nos instigue a debater os papéis possíveis da filosofia na formulação e aprofundamento da crítica social e política diante das mazelas que nos isolam da alteridade, da comunicação de ideias e afetos, da percepção de que a liberdade, conceito nunca fechado em si mesmo, tem suas condições de possibilidade no encontro entre alteridades constituídas na tensão entre histórias singulares e formações comuns de valores.

Não pretendo comentar – apenas – caminhos trilhados por filosofias particulares, ainda que, aqui, Maquiavel, Espinosa e Hanna Arendt, deem o suporte conceitual através do qual lanço minhas propostas. De qualquer maneira, o traço comum de tais filosofias, que, a meu ver, passa pela ideia de liberdade irmanada às formas pelas quais as sociedades são organizadas politicamente, é o ponto de partida e, simultaneamente, o horizonte a partir do qual me ponho a pensar aberturas concretas da educação política como transformação de conjunturas que afastam os seres humanos entre si e com os meios em que habita, incluindo tantas outras espécies de vida.

Se falo de uma liberdade que nos resta, não é porque acredito que, a partir de uma história que seja homogênea e linear, teríamos atualmente menos liberdade que em outros tempos – mas acredito que o estágio atual do capitalismo logra, como nunca antes, fazer exatamente isto: impor uma proporção inversa entre comunhão de alteridades e sucesso, fazendo dos indivíduos como que átomos que constantemente se chocam sem que possam estabelecer-se novas combinações de matéria, as quais possibilitariam, conforme vejo, práticas de liberdade que seriam encarnadas na constituição mesma do que entendemos por educação política (que não é uma educação que desponta como defesa e doutrinação de



vertentes políticas específicas, e sim como condução coletiva e comum de conflitos e alianças que dão a substância do que a filosofia pode chamar de política).

Assim, sem mais, a discussão inclui a potência que sentimos ter a filosofia na produção de novos afetos comuns, que sejam alegres e fortalecedores, alinhados à solidariedade como modo de vida em que nossas ações, do modo mais consciente e cultivado possível – por isso “educação política” – se direcionam constantemente ao bem estar coletivo e à participação de quem assim o deseja na articulação dos fenômenos considerados públicos.